



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

TERMO DE AUDIÊNCIA - CONCILIAÇÃO

Processo nº: **1001142-51.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - DIREITO DO CONSUMIDOR**
 Requerente: **Marisa Batista da Silva Santos**
 Requerido: **Talarico Veículos Ltda**
 Data da audiência: **17/06/2015 às 16:30h**

Aos 17 de junho de 2015, às 16:30h, na sala de audiências da 2ª Vara Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral, comigo Escrevente Técnico Judiciário ao final nomeado, foi aberta a audiência de conciliação nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, presentes se encontravam a autora e sua advogada, Dra. Fabiana Santos Lopez Fernandes da Rocha; a advogada da ré, Dra. Ariadne Trevizan Leopoldino. Proposta a conciliação, foi a mesma rejeitada pelas partes. As partes informaram que não pretendem produzir outras provas além das já juntadas. Pelo Juiz foi proferida a seguinte sentença: "A autora intentou ação buscando anulação de negócio jurídico e danos material e moral. Informou ter adquirido veículo da requerida, sendo surpreendida por bloqueio de licenciamento cerca de 3 anos depois. Diante disso, manejou embargos de terceiro e obteve o desbloqueio, estando o feito pendente de julgamento no Tribunal. Sustenta a responsabilidade da requerida que intermediou a negociação. Em contestação a parte sustenta que não teve qualquer responsabilidade pelo bloqueio. Assim, requer a improcedência. **É o relatório. Decido.** O julgamento está autorizado pois as partes informaram a desnecessidade de outras provas até porque todos os documentos pertinentes já se encontram nos autos. De relevo a leitura da sentença proferida nos embargos de terceiro (fls. 13/15), pois ela possibilita a compreensão correta do tema e contem todo o necessário para o julgamento. Nessa decisão a ora autora obteve provimento favorável pois reconhecida a sua boa fé e a impossibilidade de conhecer dívida sobre o veículo de data muito anterior (2007). Em execução fiscal, somente anos depois a Fazenda requereu o bloqueio do automóvel, prejudicando a requerente. A questão é saber se a requerida teve alguma responsabilidade sobre o ocorrido. Os documentos juntados aos autos somente permitem concluir que a intermediadora da venda também não tinha condições de conhecer pendências; tanto isso é verdade que o veículo foi usado e licenciado por anos, sobrevivendo posterior decisão de bloqueio. Não obstante a relação de consumo, não havendo desídia, não se pode permitir anulação de negócio jurídico fora das hipóteses legais. Evidente o prejuízo da autora, causado diretamente pelo anterior proprietário, devedor, que permitiu o bloqueio anos após transferir o carro. Essa pessoa, acionada, talvez até tenha de indenizar a requerente, mas não a vendedora que foi tida por ré neste feito. Quanto ao desbloqueio, ele já foi determinado em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

outra ação; o fato de o recurso ter sido recebido também no efeito suspensivo não permite que a questão seja aqui reanalisada, devendo ser manejados os meios pertinentes para que a autora possa utilizar devidamente o veículo, e isso nos próprios embargos de terceiro. Diante do exposto, e da evidente falta de provas, o deslinde é de rigor. **JULGO IMPROCEDENTES** os pedidos iniciais. A autora pagará as custas e despesas processuais, assim como honorários de 10% sobre o valor atualizado da causa. Publicada nesta audiência, saem os presentes cientes e intimados. - *Cópias deste termo de audiência, assinado eletronicamente pelo Juiz, estão sendo impressas e serão assinadas fisicamente pelos presentes (escrevente, partes, advogados/defensores, procuradores, etc) e entregues aos advogados/defensores das partes, sendo que eventuais contradições na transcrição devem ser suscitadas oralmente no momento da realização deste ato (assinatura física), sob pena de preclusão, nos termos dos §§ 2º e 3º do artigo 169 do CPC, dispensando-se a digitalização do termo* - . Eu, _____ Aline Tereza Mazzo Bellini, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

MM. Juiz (assinatura digital):

Requerente:

Adv. Requerente:

Adv. Requerida: